



Data e Local: 29 de abril de 2010, às 9h, na Sala de Reuniões do CAPPI, no Porto de Imbituba.

Presentes: O Presidente e os demais Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados.

Ausentes: Todas as ausências foram justificadas.

Convidados: Walter Loureiro, Consultor da CDI; Gean Carlos Fermine, Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Imbituba; Antônio Carlos B. Guimarães Filho, Diretor da CBR Bom Retiro; Michele Cardoso Pereira, Assessoria de Comunicação da CDI e Carlos Augusto Menezes, Gerente Comercial da Ferrovia Tereza Cristina.

Ressaltou o Presidente do CAPPI que – finalmente – se consegue realizar uma reunião do Conselho apenas com Conselheiros e pessoas formalmente convidadas, o que é um objetivo alcançado, uma vez que, agora, todos os presentes são Conselheiros – que têm compromisso público institucional com o desenvolvimento do Porto de Imbituba – ou convidados pelos quais os Conselheiros são diretamente responsáveis.

Quorum: Constatado *quorum*, o Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA (RO) N.º 196

Colocada em discussão pelo Presidente, a ata da RO nº 196 foi aprovada.

2. DESEMPENHO DO PORTO DE IMBITUBA NO PERÍODO: MARÇO/2010

2.1. Movimentação do Porto e Desempenho Financeiro: Em virtude da ausência do representante titular da Administração do Porto, Conselheiro Jeziel Pamato de Souza, que se encontra em viagem a serviço do Porto, o seu suplente, Conselheiro Cândido Pedro Jorge, prestou esclarecimentos sobre o relatório do mês de Março/2010 já remetido por correio eletrônico aos Conselheiros.

Referiu-se à pequena movimentação de cargas no referido período, de apenas 99.523 t, em decorrência das chuvas que atrasaram a descarga de alguns navios e que, pelo método estatístico utilizado, o registro total da descarga só é feito no mês de sua conclusão. Com isso o mês atual (Abril 2010) foi beneficiado, já registrando movimento da ordem de 214.000 t. Os contêineres, disse, apresentaram pequena reação. Para Maio 2010 prevê-se movimento total de 200.000t.

2.2. Obras no Porto de Imbituba: O Conselheiro Bruno Antonio Resmini Figurelli, da TECON Imbituba, informou que prevê o final da cravação das estacas da extensão do Cais 2 antes de junho, início da temporada da baleia franca, apesar das condições climáticas adversas. Em seguida será a vez de entregar, até setembro ou outubro, a laje do novo cais (300 m) e a do cais de ligação (80m). Com essas obras concluídas será possível atracar navio naquele cais.

Informou, ainda, que foi assinado contrato para aquisição de dois portêineres, que são equipamentos específicos para a movimentação de contêineres, e os mesmos devem estar chegando em maio do próximo ano. O Conselheiro Presidente, Gilberto Barreto, ressaltou que não existe em Santa Catarina equipamento do porte dos que virão para Imbituba que, segundo o Conselheiro Bruno Figurelli, movimentam dois contêineres cheios de 20 pés por vez.

Sendo assim, é para Maio 2011 a previsão de conclusão das obras de ampliação dos Cais 1 e 2, com os portêineres já montados, mas cuja operação depende de um projeto específico de nova rede de energia elétrica, para o que serão mantidos entendimentos com a Administração do Porto.

Finalizou dizendo que os transtornos em decorrência das obras estão sendo superados e mesmo que seja necessário avançar na temporada da baleia franca serão adotadas as mesmas cautelas anteriores, com a vantagem de já se ter construído todo um diálogo com as autoridades de meio ambiente.

O Conselheiro Santos indagou se a proximidade do final da concessão dificultaria os investimentos na rede elétrica por parte da concessionária. O Presidente respondeu que faltando pouco para o término da concessão, a União poderia não aprovar mais investimentos dos acionistas da CDI, pelo pouco tempo que restaria para amortização dos mesmos. De toda forma, poderão ser empregados recursos tarifários, recursos da União ou antecipações de receitas tarifárias futuras, pela própria arrendatária, com interveniência da União, o que não criaria dificuldades para implantação da nova rede elétrica de alimentação dos novos portêineres.



2.3. Programa de Arrendamento de Instalações Portuárias: O Conselheiro Presidente informou que o TCU remeteu à CDI uma avaliação do Tribunal de Contas da União sobre o Edital para o Arrendamento do Terminal de Fertilizantes, solicitando novos esclarecimentos, que estão sendo providenciados. É surpreendente, entretanto, a falta de entendimento entre ANTAQ e TCU sobre a metodologia aprovada, o que retarda o processo. Não entende, afirmou, como os editais da CODESP têm tramitação tão rápida, se as exigências metodológicas são as mesmas e deveriam valer para todos os portos.

Falou, também, da importância da manifestação do TCU, o que dará mais respaldo ao Edital, valorizando ainda mais a licitação.

2.4. Conformidade das certidões, licenças e pagamentos essenciais ao funcionamento do Porto: Pela ausência do Conselheiro Jeziel, a manifestação do representante da Administração do Porto ficará para a próxima reunião.

3. RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

3.1. Taxa Especial de Dragagem: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves, que entregou ao Presidente relatório referente ao mês de março. A seguir procedeu alguns esclarecimentos, dizendo que em virtude de incompatibilidade de agendas, a Comissão não tem se reunido como gostaria e que estão constrangidos pela não adequação da situação da 3 Golf mas, esclareceu, não é descaso, o assunto é delicado e requer tempo.

Mencionou, ainda, que a queda na movimentação de cargas reflete significativamente na arrecadação da Taxa Especial de Dragagem, causando déficit no caixa mas, mesmo assim, já estão conseguindo devolver os valores adiantados pelo Tecon na realização da Dragagem. Nesse mês de março foram repassados R\$ 39.556,00.

Sobre a situação da 3 Golf, o Presidente disse que tem acompanhado as negociações ao longo desses anos e concorda que a situação é delicada e quanto mais o tempo passa, pior fica para revolvê-la. Ressaltou que o CAPPI está à disposição da Comissão, caso necessitem de alguma ajuda para sanar essa pendência.

3.2. Antigo Adicional Tarifário do PSPP – Plano de Segurança Pública Portuária: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco, que informou a exclusão desse item no relatório, em virtude do cancelamento da arrecadação do referido adicional. Estão apenas fazendo o acompanhamento dos investimentos feitos pela CDI no PSPP.

O Presidente disse que a única pendência da Comissão com o adicional é referente à restituição do adiantamento feito pelos operadores portuários quando da implantação do Plano de Segurança. O Conselheiro Pedro Kuzniecowa aproveitou para falar sobre o tema e a importância de que haja a regularização da tarifa para que haja esse ressarcimento, em virtude da proximidade do final da concessão. O Presidente informou que a previsão é termos a tarifa apresentada ao CAPPI em julho deste ano.

3.3. Relações do Porto com a Cidade: pela ausência do relator, Conselheiro José Roberto Martins, o representante suplente, Sr. Cadir Cargnin, disse que não há comentários sobre o assunto.

O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Bruno Antonio Resmini Figurelli para tecer comentários sobre o andamento dos trabalhos realizados pela Comissão Porto - Cidade quanto aos projetos em discussão.

O Conselheiro Bruno disse que a Comissão Porto - Cidade tem se reunido e, dentre as suas tarefas, destacou o levantamento denominado "carteira de projetos", que tem por objetivo a inserção dos mesmos no PAC II. Essa "carteira de projetos" incluía obras dentro do porto, obras de acesso e obras na zona industrial. Ressaltou que nesse projeto tentou-se dar uma abrangência de forma significativa na questão do porto, pois entende-se que são áreas urbanas que sofrem influência direta pela atividade portuária.

Falou, também, do trabalho que ainda não foi concluído, de a Prefeitura Municipal de Imbituba levantar necessidades de habitação e saneamento básico, setores que serão impactados pelo aumento da atividade portuária.



Destacou que o trabalho da Comissão foi muito rápido, em face da demanda do PAC. Por isso precisa ser atualizado para sempre estar pronto para atender novas demandas de projetos e que este é o momento político certo para conseguirmos apoios à concretização dos projetos.

O foco agora – continuou – é na duplicação da estrada de acesso do porto à rodovia principal, cujo projeto básico já está sendo elaborado. Para realizar a obra será tentado o enquadramento no PAC II, ou via Plano Nacional de Viação ou mesmo diretamente com o DNIT. Disse que em reunião com o Ministro dos Transportes esse informou que há possibilidade de incluí-la no Orçamento da União.

O Conselheiro mencionou que esse projeto está relacionado diretamente com a zona industrial e o problema é que parte da mesma pertence à ZPE e ao BRDE e, por mais que a Comissão Porto - Cidade tenha legitimidade para discutir o assunto, a mesma não tem poderes para definir o que fará com as áreas. Sendo assim, só nos cabe colocar o problema na mesa, levantar as questões e apontar sugestões em foros adequados. Disse que há informações de que o BRDE já está definindo a ocupação de sua área e seria interessante que essas sejam definidas levando em consideração os projetos de acesso ao Porto de Imbituba. Mencionou que se essas áreas forem tratadas individualmente, provavelmente a solução não será a melhor para o contexto geral.

O Conselheiro Santos disse que participa da Comissão do Plano Diretor do Município e acredita que o coordenador não tem conhecimentos dos projetos realizados pela Comissão Porto - Cidade, pois os assuntos não estão associados. Sendo que o Presidente indagou quem seria o coordenador e o Conselheiro Santos respondeu que seria o Secretária de Infraestrutura do Município, Sr. Ramires Ferreira. O Presidente informou que o Sr. Ramires foi nomeado pelo Prefeito Municipal e relator da Comissão Porto - Cidade a participar da Comissão Técnica da Comissão Porto x Cidade, chegando a participar de algumas reuniões da Comissão.

Após mais alguns esclarecimentos e comentários sobre o assunto o Conselheiro Suplente, Sr. Cadir Cargnin, disse que reportará ao Prefeito José Roberto Martins as preocupações hoje aqui apontadas, para maior entrosamento entre todos os setores que tratam deste mesmo tema.

3.4. Relações CAPPI – OGMO: O Presidente passou a palavra aos relatores dos Blocos para darem seus relatos quanto as Relações CAPPI – OGMO.

Pelo Bloco 2 – Conselheiro Ruy França Neto: O Conselheiro informou que recebeu da Diretoria Executiva do OGMO relatório contendo as ações daquela Diretoria no referido mês, do qual fez a leitura. Destacou nas ações realizadas pela Diretoria do OGMO no mês de março a campanha de vacinação para o trabalhador portuário e a formatura de 81 trabalhadores em curso patrocinado pela Marinha. A Conselheira Maria Zilá informou que apesar de ampla divulgação da campanha de vacinação, a adesão foi pequena entre os agentes e operadores portuários.

Pelo Bloco 3 - Conselheiro Pedro Kuzniecowa: Relatou os assuntos abordados pelo Conselho de Supervisão no referido período.

4. SUCESSÃO DA CDI NA EXPLORAÇÃO DO PORTO DE IMBITUBA, AO FINAL DA CONCESSÃO EM 15/12/2012, DAQUI A 32 MESES.

O Presidente disse que não houve a possibilidade de um representante da Secretaria Especial de Portos estar presente na reunião de hoje para falar sobre a sucessão da CDI na exploração do Porto de Imbituba, ao final da concessão. Disse que irá refazer o convite para uma das próximas reuniões. O objetivo da explanação é ter uma exposição da SEP sobre as possibilidades legais de sucessão, por conta da Portaria nº 108/2010, daquela Secretaria, que trata da concessão da exploração de portos públicos. Adiantou que tanto a Federação das Indústrias como as universidades regionais já fizeram contatos sobre a discussão do tema e que não há mais como adia-lo, sendo inclusive objeto de apresentação a candidatos ao Governo do Estado.

5. ASSUNTOS DIVERSOS:

O Presidente disse que com a proximidade da Reunião Ordinária do CAPPI n.º 200, que ocorrerá no dia 29/07/2010, achou conveniente trazer o assunto ao CAPPI, para que a organização da mesma ocorra com antecedência. Após discussão pelo Conselho decidiu-se criar uma Comissão que ficará incumbida em organizar a RO n.º 200, a qual será composta pelos Conselheiros: Pedro Kuzniecowa, Santos Pacheco Alves, Ruy França Neto, Flávio de Souza Miguel.



Não havendo mais manifestações o Presidente encerrou a reunião e a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigiu esta Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 27 de maio de 2010, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.

BLOCO DO PODER PÚBLICO

Governo Federal


Gilberto Barreto da Costa Pereira (Presidente)

Governo Municipal


Cadir Garbeloto Cargnin

BLOCO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto


Cândido Pedro Jorge

Titulares de Instalações Privadas


Ruy França Neto

Demais Operadores Portuários


Bruno Antonio Resmini Figurelli

BLOCO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Trabalhadores Portuários Avulsos


Flávio de Souza Miguel


Dalmir Anselmo da Silva

Demais Trabalhadores Portuários


José Amílcar da Silva


Albert Pacheco Ramos

BLOCO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Proprietários e Consignatários de Mercadorias


Pedro Kuzniecowa


Santos Pacheco Alves

Terminais Retroportuários

Suplentes:


Daniel França


Clara Rejane Sholles


Maria Zilá de Souza Gil


Mario Cozza


Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI


Sergio Augusto Costa